

Crise hídrica mostra necessidade do planejamento para não virar ameaça constante (1)

Rodrigo Leão (2)

Desde 2012, o Brasil vem registrando, regularmente, episódios de escassez hídrica. No entanto, a partir de julho de 2020, essa problemática se intensificou, culminando naquela que é considerada uma das piores crises hídricas do último século. Entre julho e junho de 2021, foram registradas afluências até 32% inferiores à média histórica, gerando consequências preocupantes para o volume de água armazenado nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) divulgou uma nota técnica, no dia 27 de agosto de 2021, alertando para a necessidade de se incorporar ao sistema mais de 5,5 mil MW, a partir de setembro, para garantir o abastecimento até novembro, o que representa de 6% a 8% do consumo observado em agosto. Esse montante ficaria no limite da capacidade adicional das nossas termelétricas, o que torna a situação bastante crítica. Essa situação é oriunda de uma série de fatores, desde questões naturais até falta de planejamento no uso e na expansão do sistema elétrico.

A atual escassez de chuvas, que reduz a disponibilidade de energia hídrica, está diretamente associado ao avanço do cenário de mudança climática atual. O aquecimento global, a expansão da fronteira agropecuária e o aumento do desmatamento, principalmente em biomas como o da Floresta Amazônica e o Cerrado, formam uma combinação de fatores adversos para os recursos hídricos. Não é à toa que, nos últimos anos, foi possível observar uma série de problemáticas em torno dos recursos hídricos, como o alcance do volume morto em Sobradinho, entre outros.

O Cerrado apresenta um valor imensurável ao ecossistema e à manutenção da disponibilidade dos recursos hídricos brasileiros. Conhecido como "o berço das águas do Brasil", o bioma apresenta uma significativa contribuição para a vazão hídrica. Por sua vez, as recentes queimadas na Região Amazônica e Cerrado, via de regra, associadas às atividades ilegais de garimpo, extração de madeira comercializável e agropecuária, acentuam os problemas da escassez hídrica. Entre agosto de 2018 e agosto de 2019, o INPE apontou um aumento no desmatamento equivalente a 30% na Região Amazônica. O mesmo órgão registrou, de janeiro a agosto de 2019, uma taxa de aumento de 111% no desmatamento desta região.

Do ponto de vista da oferta, alguns especialistas apontam que há problemas na atual forma de gestão do despacho da energia hidrelétrica. Primeiro, porque o ONS tem priorizado o despacho para maximizar os retornos de curto prazo, ocasionando um esvaziamento dos reservatórios das usinas. Segundo, porque no auge da pandemia, quando houve uma queda da demanda, o governo congelou a bandeira tarifária na faixa verde - que não permite incremento na tarifa - impulsionando os operadores a utilizarem as hidrelétricas com maior intensidade em razão do seu custo mais baixo. O especialista e professor da USP, Pedro Côrtes, destaca que essa postura foi inversa a que era necessária naquele momento. "O governo estendeu essa bandeira verde com a produção das hidrelétricas, em uma situação em que elas deveriam ou poderiam ter sido poupadas", afirma Côrtes.

Além disso, o especialista do IME, Manuel Caldas, destaca a falta de planejamento e controle dos reservatórios. Como exemplo dessa descoordenação, ele cita os casos da integração da "Bacia do rio Grande, do rio Paranaíba, do rio Tietê e do rio Paraná, ultimo da região Sudeste que alimenta a UHE Itaipu; a vazão após a usina Porto Primavera, de 4300m³/s, foi reduzida para 3900m³/s e para não haver racionamento será preciso ir para 2700m³/s".

A compreensão da origem dos problemas é importante para possibilitar um melhor planejamento de longo prazo para gestão do setor. O país necessita da adoção de medidas urgentes para evitar impactos mais severos da atual crise do sistema hídrico.

Atualmente, o Brasil tem a possibilidade também de uma expansão relativamente rápida do uso de energia solar, principalmente residencial. Côrtes destaca que microgeração solar permite aos consumidores instalarem nas suas casas as placas solares para atender o consumo. "Quando este consumo estivesse baixo, as placas injetariam energia na rede". No caso da energia solar, ela tem uma maior vantagem competitiva em função de não exigir a instalação de redes de transmissão.

A própria nota técnica do ONS sugere outras medidas, como a manutenção das importações da Argentina e do Uruguai, postergação das manutenções programadas e viabilização de um terceiro navio regaseificador para garantir a disponibilidade das UTEs Termo Ceará, Termo Fortaleza e Vale do Açu.

Como se observa, essas medidas combinam assegurar fontes já existentes para o abastecimento do sistema, assim como medidas de expansão de curtíssimo de prazo. Independente das oportunidades existentes, é notória a definição de um planejamento claro e bem estruturado de curto, médio e longo prazo para evitar interrupções no fornecimento de energia.

Neste sentido, torna-se necessária uma melhor gestão tanto do lado da oferta, quando da demanda, com destaque para o papel fundamental de entidades centrais do setor, como o ONS, MME (Ministério de Minas e Energia) e EPE (Empresa de Pesquisa Energética), na gestão otimizada e eficiente dos reservatórios e na implementação de políticas públicas direcionadas para a expansão e planejamento setorial. Sem essa atuação, com mais ou menos chuva, mais ou menos gás, a ameaça do racionamento é que será constante, a dúvida é sempre quando essa ameaça voltará.

- (1) Artigo publicado no Broadcast Energia. Disponível em: <https://energia.aebroadcast.com.br/tabs/news/747/38761419> Acesso em 27 de agosto de 2021.
- (2) *Rodrigo Leão é pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), do Núcleo de Estudos Conjunturais da UFBA e doutorando em Economia Política Internacional pela UFRJ.*